

Relatório de Gestão | 2023

**ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-
ESCOLAR DA CALHETA**

FUNCIONAMENTO NORMAL

0 CONTEÚDO

0	Conteúdo	2
1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	4
2	Caracterização da Entidade	5
2.1	CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA	5
2.2	Identificação	5
2.3	Localização.....	5
2.4	Tutela: Secretaria Regional de Educação, Ciência e Tecnologia– SRE	6
2.5	Regime Financeiro	6
2.6	Legislação	6
2.7	RECURSOS HUMANOS	6
2.8	Estrutura organizacional	7
a)	Mapa em anexo (1)	7
2.9	Missão.....	8
2.10	Atribuições.....	8
2.11	Visão	8
2.12	Estrutura Interna da Escola	8
2.13	Descrição sumária das atividades.....	8
	Conselho da Comunidade Educativa	8
2.14	Perspetivas Futuras.....	14
3	Recursos Financeiros	14
3.1	Análise da Execução Orçamental	14
	Estrutura e execução da receita.....	15
	Estrutura e execução da despesa	18
	Encargos assumidos e não pagos	23
	Indicadores orçamentais	23
3.2	Ótica de análise das Demonstrações Financeiras	23
	Situação Económica.....	24
	Gastos operacionais	24
	Rendimentos operacionais.....	25
	Financiamento da atividade	26
	Apuramento dos Resultados	26
	Demonstração de Resultados	27
	Situação Financeira	28
	Balanço	28

	Lançamentos de abertura do exercício	Erro! Marcador não definido.
3.3	Proposta de aplicação de resultados	Erro! Marcador não definido.

1 NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório visa dar cumprimento à Instrução n.º 1/2019 do Tribunal de Contas, que estabelece a aplicação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), no que concerne ao parágrafo 34 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) 27, do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

A Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta, tem como missão, atribuições, visão, organograma e recursos humanos.

Este relatório apresenta uma análise financeira das atividades desenvolvidas pela Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta no decurso do ano de 2023. A análise tem por base as despesas de funcionamento da escola, que se dividem em três categorias principais: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesas de capital.

Simultaneamente, é efetuada uma análise às despesas do projeto ERASMUS +, designados por Projeto ERASMUS, e das operações de financiamento relacionadas com o Instrumento de Recuperação e Resiliência demonstrando o compromisso da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta com a otimização dos recursos financeiros e a utilização eficiente dos fundos recebidos. A escola demonstra uma gestão responsável e transparente das suas finanças, assegurando a utilização adequada dos recursos para o desenvolvimento de projetos e iniciativas que beneficiam a comunidade escolar.

O presente documento serve como relatório de gestão da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta para o ano de 2023. Este relatório tem como objetivo apresentar uma visão abrangente das operações da escola, do ambiente em que atua e da sua dinâmica económica e financeira.

O relatório de gestão, constitui um importante instrumento de apoio à gestão desta escola, que pretende fornecer uma imagem fiel e clara dos factos ocorridos no exercício económico em questão, espelhados nas demonstrações financeiras de forma estruturada, tendo em consideração toda a informação relevante que possa ter, em

termos de análise e de avaliação da execução financeira, na ótica da contabilidade orçamental e financeira.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta é um organismo público, dotado de autonomia administrativa tendo como missão a educação e formação.

Estatui o artigo 46.º do Orçamento da RAM para 2023 que durante o ano de 2023, ficam suspensos os fundos escolares previstos nos artigos 31.º a 34.º do Decreto Legislativo Regional n.º 4/2000/M, de 31 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho, nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino secundário da Região Autónoma da Madeira”, neste caso na Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta. A fusão por incorporação existe quando uma ou mais entidades, com extinção da sua personalidade jurídica, passam a fazer parte integrante de uma outra, que assume a totalidade dos direitos e obrigações das incorporadas.

2.2 IDENTIFICAÇÃO

Designação: ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA COM PRÉ-ESCOLAR DA CALHETA

Número de Identificação Fiscal: 671 001 469

2.3 LOCALIZAÇÃO

Morada: Estrada Simão Gonçalves da Câmara nº 39 – 9370-139 - Calheta

Telefone: 291 820 000

E-mail: ebscalheta@edu.madeira.gov.pt

Classificação Orgânica: Funcionamento Normal 43 0 01 07 04

Investimento 43 9 50 07 04

2.4 TUTELA: SECRETARIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA— SRE

2.5 REGIME FINANCEIRO

Natureza Jurídica: Pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa.

2.6 LEGISLAÇÃO

Constituição: Portaria nº 66/92, de 25 de Fevereiro

Orgânica e Funcionamento: Decreto Legislativo Regional nº. 4/2000/M de 31 de janeiro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional nº. 21/2006/M, de 21 de junho.

2.7 RECURSOS HUMANOS

A 31 de dezembro de 2023 a Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta, contava com 252 colaboradores, distribuídos de acordo com o Quadro 1:

Quadro 1 – Colaboradores da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta

CATEGORIA/CARREIRA	PERÍODO	TOTAL
Docentes	A 31 dezembro	175
Não Docente	A 31 dezembro	77
		252

O **Quadro 2** apresenta a distribuição dos colaboradores pelas diversas unidades orgânicas que constituem Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta:

O Quadro 2 - Colaboradores por serviço

Carreira/Categoria	Período	Número
Docentes	A 31 dezembro	175
Técnicos superiores	A 31 dezembro	7
Assistentes técnicos	A 31 dezembro	16
Coordenador técnico	A 31 dezembro	2
Técnico informática	A 31 dezembro	2
Assistente operacional	A 31 dezembro	48
Encarregada operacional	A 31 dezembro	1
Técnico de apoio à infância	A 31 dezembro	1
Total	A 31 dezembro	252

De acordo com o **Quadro 2**, verifica-se que o pessoal docente (69,44%) juntamente com os técnicos superiores (2,77%) representa 72,22%, o que significa que a Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta, na sua maioria é constituído por pessoal com elevada competência técnica.

2.8 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O organigrama da escola compõe-se dos órgãos de direção administração e gestão, estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, segundo o esquema seguinte:

O organograma da Escola incluindo os órgãos de natureza consultiva e de fiscalização

- a) Mapa em anexo (1)

2.9 Missão

A Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta, tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência.

2.10 ATRIBUIÇÕES

Escola é constituída pelo Conselho da Comunidade Educativa, Presidente e vices Presidentes do Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo, e por estruturas de orientação educativa, estruturas de apoio educativo e outras, conforme organigrama acima, cujas atribuições são as previstas no Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, de 21 de junho.

2.11 Visão

A Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta, assumindo a sua identidade própria, pretende afirmar-se como uma escola onde todos aprendem, enquanto promotora de um modelo social de aprendizagem, assente na diferenciação, na construção do conhecimento, na interdisciplinaridade, na colaboração, na interdependência, na inovação e na criatividade.

2.12 ESTRUTURA INTERNA DA ESCOLA

A organização interna dos serviços da escola obedece ao modelo de estrutura, constituída por Conselho da Comunidade Educativa, Presidente e vices presidentes do Conselho Executivo, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo.

2.13 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

Conselho da Comunidade Educativa

- 1- O Conselho da Comunidade Educativa é o órgão de direção responsável pela definição da política educativa da escola, cuja atuação se norteia pelo respeito dos princípios consagrados na Constituição da República Portuguesa, pela Lei de Bases

do Sistema Educativo e pelo Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira. O Conselho da Comunidade Educativa é também o órgão de participação e representação da comunidade educativa.

2- As competências do Conselho da Comunidade Educativa são as previstas no artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os representantes do pessoal docente;
- b) Aprovar o Projeto Educativo da Escola e acompanhar e avaliar a sua execução;
- c) Aprovar o Regulamento Interno da Escola;
- d) Dar parecer sobre o Plano Anual de Escola, verificando da sua conformidade com o projeto educativo;
- e) Apreciar os relatórios periódicos e o relatório final da execução do Plano Anual de Escola;
- f) Dar parecer sobre as linhas orientadoras da elaboração do orçamento;
- g) Dar parecer sobre as contas de gerência;
- h) Apreciar os resultados do processo de avaliação interna e externa da escola, propondo e promovendo as medidas tendentes à melhoria da qualidade do serviço público de educação;
- i) Promover e incentivar o relacionamento no seio da comunidade educativa;
- j) Propor aos órgãos competentes e colaborar ativamente em atividades necessárias à formação para a participação e para a responsabilização dos diversos sectores da comunidade educativa, designadamente na definição e prestação de apoio socioeducativo;
- k) Propor e colaborar ativamente em atividades de formação cívica e cultural dos seus representantes.
- l) Requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para a realização eficaz do acompanhamento e a avaliação relativa a todo o funcionamento da instituição educativa;
- m) Dirigir recomendações com vista ao desenvolvimento do projeto educativo e ao cumprimento do Plano Anual de Escola;
- n) Nomear e dar posse aos membros do Conselho Executivo;
- o) Elaborar ou rever o respetivo Regimento Interno nos trinta dias subsequentes à sua constituição;

- p) Apoiar a integração dos alunos na comunidade escolar, colaborando com outros órgãos da escola e associações ou representantes de pais e estudantes;
- q) Estas competências não invalidam outras que lhe sejam atribuídas pela natureza específica das suas funções.

Conselho Executivo

O Conselho Executivo constitui o órgão de gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira.

O Conselho Executivo detém as competências previstas no artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- 1- Compete ao conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico: a) Submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o projecto educativo da escola, mediante a constituição de equipa por si designada para o efeito; b) Elaborar e submeter à aprovação do conselho da comunidade educativa o regulamento interno da escola.
- 2- No plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao conselho executivo, em especial:
 - a) Definir o regime de funcionamento da escola;
 - b) Elaborar projeto de orçamento, ouvido o Conselho da Comunidade Educativa;
 - c) Elaborar e aprovar o Plano Anual de Escola, ouvidos os Conselhos da Comunidade Educativa e o Pedagógico;
 - d) Elaborar os relatórios periódicos e final de execução do Plano Anual de Escola;
 - e) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;
 - f) Distribuir o serviço docente e não docente;
 - g) Designar os Diretores de Turma e respetivos secretários dos Conselhos de Turma;
 - h) Planear e assegurar a execução das atividades no domínio da ação social escolar;
 - i) Gerir as áreas de pessoal, alunos, material e equipamento, conservação e obras, instalações e segurança;

- j) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias, coletividades e outras entidades;
- k) Proceder à seleção e recrutamento de pessoal docente e não docente, salvaguardando o regime legal de concursos;
- l) Assegurar a execução do Projeto Educativo da Escola;
- m) Gerir os apoios pedagógicos;
- n) Coordenar a orientação escolar, as visitas de estudo e outras atividades de complemento curricular;
- o) Designar a atribuição de cargos dentro dos limites legalmente fixados;
- p) Suscitar a ativa e permanente cooperação de alunos, professores e demais funcionários na ação educativa;
- q) Garantir a liberdade de expressão a todos os setores da escola, com respeito pelas normas democráticas;
- r) Constituir as comissões ou grupos de trabalho que julgar convenientes, no sentido de serem realizados estudos, produzidos documentos pedagógicos ou de orientação estratégica;
- s) Atribuir horas específicas do crédito global disponível ou a dispensa de outras atividades não letivas organizadas pela escola às comissões ou grupos de trabalho constituídas nos termos da alínea anterior;
- t) Elaborar ou rever o respetivo Regimento Interno nos trinta dias subsequentes à sua nomeação;
- u) Estas competências não invalidam outras que lhe sejam atribuídas pela natureza específica das suas funções.

Conselho Pedagógico

O Conselho Pedagógico é o órgão de orientação e coordenação educativa da escola, nomeadamente no domínio pedagógico-didático e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente, e compete-lhe o estatuído no artigo 23.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Eleger o respetivo presidente de entre os seus membros, atendendo às incompatibilidades legais;
- b) Dar parecer sobre o Projeto Educativo da Escola;
- c) Dar parecer sobre o Regulamento Interno;
- d) Dar parecer sobre o Plano Anual de Escola;
- e) Dar parecer sobre o Projeto de Atividades do Desporto Escolar;
- f) Dar parecer aos projetos de Erasmus+;
- g) Elaborar e aprovar o plano de formação e de atualização do pessoal docente e não docente e acompanhar a respetiva execução;
- h) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional e do acompanhamento pedagógico;
- i) Propor aos órgãos competentes da Secretaria Regional de Educação a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as estruturas programáticas e sua integração no respetivo Departamento Curricular;
- j) Promover a articulação e diversificação curricular, os apoios e complementos educativos e as modalidades especiais de educação escolar;
- k) Adotar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- l) Aprovar o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito da escola e em articulação com as instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- m) Aprovar e apoiar iniciativas de índole formativa e cultural;
- n) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- o) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- p) Intervir, nos termos da lei, no processo de avaliação do desempenho dos docentes;
- q) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações;
- r) Incentivar as iniciativas dos alunos na comunidade escolar e garantir o apoio às mesmas;

- s) Proceder à designação dos docentes Coordenadores da Formação Permanente;
- t) Definir os critérios de avaliação dos alunos e coordenar a sua aplicação, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- u) Dinamizar a coordenação interdisciplinar e colaborar com o Conselho Executivo na inventariação das necessidades em equipamentos e meios didáticos e em estruturas de apoio;
- v) Informar atempadamente todos os professores das suas deliberações;
- w) Propor ao Conselho Executivo a constituição de comissões ou grupos de trabalho para análises ou pareceres sobre atividades ou assuntos específicos considerados de interesse para a escola;
- x) Elaborar ou rever o Regimento Interno nos trinta dias subsequentes à sua constituição;
- y) Estas competências não invalidam outras que lhe sejam atribuídas pela natureza específica das suas funções.

Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo da escola, nos termos da legislação em vigor. Compete ao Conselho Administrativo o estabelecido no artigo 28.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/2006/M, nomeadamente:

- a) Aprovar o projeto de orçamento anual da escola;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respetivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira da escola;
- d) Zelar pela atualização do cadastro patrimonial da escola;
- e) Elaborar o plano anual de aplicação das verbas do Fundo Escolar;
- f) Administrar o Fundo Escolar de acordo com os princípios vigentes em matéria de contabilidade pública regional;
- g) Exercer as demais competências que lhe estão legalmente cometidas.

2.14 PERSPETIVAS FUTURAS

Não obstante à guerra na Ucrânia, com início em fevereiro de 2022, que levou à subida dos preços dos bens e serviços, em particular da energia e dos alimentos, com impacto nos orçamentos das famílias europeias e em particular das famílias Madeirenses, a capacidade da Escola Básica e Secundaria com Pré-Escolar da Calheta prosseguir com a sua atividade, quer a curto ou médio prazo, não é posta em causa.

Repare-se que a Escola Básica e Secundaria com Pré-Escolar da Calheta tem por missão prestar à comunidade um serviço educativo e formativo de excelência, no âmbito das competências atribuídas nesta matéria, o que significa que uma desaceleração da atividade económica e o elevado aumento da inflação não colocará em causa o princípio da continuidade das operações desta escola.

A atividade da Escola Básica e Secundaria com Pré-Escolar da Calheta, no ano 2022, desenvolveu-se dentro da normalidade.

3 RECURSOS FINANCEIROS

Este capítulo tem como objetivo analisar e reportar os aspetos mais relevantes do desempenho orçamental e financeiro da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta no ano económico de 2023. A análise será baseada nas demonstrações financeiras da escola, com destaque para a evolução das suas principais componentes.

3.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Orçamento da receita

Este capítulo tem como objetivo analisar a receita cobrada da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta no ano económico de 2023. A análise se baseia nos dados disponibilizados, com destaque para o montante global arrecadado, a comparação com as previsões corrigidas e a desagregação por fonte de receita.

No ano económico de 2023, a receita cobrada registou um montante global de 9.161.495,65 EUR, a que corresponde 99,02% face às previsões corrigidas, desagregada em transferências do orçamento da Orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Considerando o “Anexo X”, emitido pela DROT através da Circular nº 6/ORÇ/2023, de 2 de agosto, a fonte de financiamento (FF) com maior expressividade são as provenientes das transferências correntes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, respetivamente a fonte financiamento 311.

Estrutura e execução da receita

Estrutura e execução da receita						
SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas						
RECEITA	Previsões iniciais	Previsões corrigidas	Liquidações emitidas	Liquidações recebidas	Estrutura	Execução
CORRENTES	8 981 360,00	9 195 856,00	9 117 217,70	9 117 217,70	99,52%	99,14%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	8 730 621,00	8 782 299,00	8 712 099,29	8 712 099,29	95,09%	99,20%
↳ 311						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 151 484,00	8 270 704,00	8 266 755,81	8 266 755,81	90,23%	99,95%
↳ 381						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	456 926,00	385 249,00	290 761,22	290 761,22	3,17%	75,47%
↳ 386						
07-VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	100 090,00	105 404,00	131 918,15	131 918,15	1,44%	125,15%
08-OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11 786,00	10 607,00	11 548,10	11 548,10	0,13%	108,87%
04-TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	10 335,00	10 335,00	11 116,01	11 116,01	0,12%	107,56%
↳ Financiamento da UE	250 739,00	413 557,00	405 118,41	405 118,41	4,42%	97,96%
↳ 439						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		39 275,00	46 845,60	46 845,60	0,51%	119,28%
↳ 483						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	205 523,00	306 788,00	293 666,24	293 666,24	3,21%	95,72%
↳ 484						
06-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45 216,00	67 494,00	64 606,57	64 606,57	0,71%	95,72%
CAPITAL	34 697,00	13 279,00	279,38	279,38	0,00%	2,10%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)	8 815,00	13 279,00	279,38	279,38	0,00%	2,10%
↳ 381						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 815,00	13 279,00	279,38	279,38	0,00%	2,10%
↳ Financiamento da UE	25 882,00					
↳ 483						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	21 214,00					
↳ 484						
10-TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	4 668,00					
OUTRAS RECEITAS		43 434,00	43 998,57	43 998,57	0,48%	101,30%
↳ Esforço financeiro nacional (OE)		30 847,00	31 412,72	31 412,72	0,34%	101,83%
↳ 386						
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		30 847,00	31 412,72	31 412,72	0,34%	101,83%
↳ Financiamento da UE		12 587,00	12 585,85	12 585,85	0,14%	99,99%
↳ 439						
16-SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		12 587,00	12 585,85	12 585,85	0,14%	99,99%
Total Geral	9 016 057,00	9 252 569,00	9 161 495,65	9 161 495,65	100,00%	99,02%

Quadro n.º 1 – Estrutura e execução da Receita

O Quadro 1 - "Estrutura de Execução da Receita" oferece uma visão abrangente da composição das receitas da escola, categorizadas em três grupos principais: receitas correntes, receitas de capital e outras receitas.

A análise baseia-se nos dados disponibilizados, destacando as fontes de receita, as previsões iniciais e corrigidas, a receita liquidada e cobrada, bem como o grau de execução.

A receita da escola concentra-se basicamente nas receitas correntes, que representam a maior parte dos seus recursos financeiros, com maior evidência nas originárias do esforço financeiro nacional, isto é, as receitas provenientes do orçamento de estado e as receitas provenientes do financiamento da UE.

Relativamente às receitas provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se as receitas gerais não afetas a projetos cofinanciados, maioritariamente procedentes do agrupamento económico das transferências correntes das fontes financiamento 311 e 381. A receita originária deste agrupamento económico na fonte de financiamento 311 determinou inicialmente uma previsão no montante global de 8.151.484,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 8.270.704,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 311, foi no montante global de 8.266.755,81 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 99,95%.

Relativamente à fonte financiamento 381 inicialmente com uma previsão no montante global de 456.926,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico passou para uma previsão corrigida no montante global de 385.249,00 EUR. A receita liquidada deste agrupamento na fonte financiamento 381, foi no montante global de 290.761,22 EUR e a receita cobrada no mesmo montante, apresentando assim um grau de execução significativo de 75,47%.

De modo análogo a estas receitas, existem também as receitas com proveniência nas receitas gerais - dotação com compensação, receita da fonte de financiamento 386, com principal relevância para as originárias do agrupamento das vendas de bens e serviços correntes, apresentando uma previsão inicial de 100.090,00 EUR, ao longo do exercício económico passou para previsão corrigida de 105.404,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 131.918,15 de receita liquidada e cobrada. Seguindo-se do agrupamento das outras receitas correntes, apresentando um montante inicial de 11.786,00 EUR, ao longo do exercício económico esta previsão foi corrigida para 10.607,00 EUR, e no final do exercício económico apresentou um

montante global de 11.548,10 EUR de receita liquidada e cobrada. Ressalta-se que a categoria de taxas, multas e outras penalidades apresentou menor representatividade entre as receitas, apresentando uma previsão inicial no montante de 10.335,00 EUR, que manteve ao longo do exercício económico e no final do exercício económico apresentou um montante global de 11.116,01 EUR de receita liquidada e cobrada.

Analisando as receitas de capital, provenientes do esforço financeiro nacional destacam-se o agrupamento económico das transferências de capital apresentando um montante de previsão inicial de 8.815,00 EUR e um montante de previsão corrigida de 13.279,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de receita liquidada e cobrada no montante de 279,38 EUR nas transferências de capital não afetas a projetos cofinanciados.

Tendo em conta, as receitas provenientes do financiamento da EU da fonte de financiamento 439 - ERASMUS, referentes ao agrupamento económico das transferências correntes, estas apresentam um montante de previsão corrigida de 39.275,00 EUR, no término do exercício económico registou-se um montante global de 46.845,60 EUR de receita liquidada e cobrada.

No que diz respeito às receitas provenientes do financiamento da EU, as receitas referentes ao agrupamento económico das transferências correntes da fonte financiamento 483 registaram uma previsão inicial no montante de 205.523,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 306.788,00 EUR de previsão corrigida. No final do exercício económico registou uma receita liquidada e cobrada um montante de 293.666,24 EUR.

Considerando-se ainda as receitas da fonte de financiamento 484, que iniciaram com uma previsão no montante de 45.216,00 EUR, e durante o exercício económico alcançaram um montante de 67.494,00 EUR de previsão corrigida, sendo que, a 31 de dezembro de 2023, a escola apurou um montante global de 64.606,57 EUR de receita liquidada e cobrada.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital das fontes 483 e 484, inicialmente previstas em 21.214,00 EUR e 4.668,00 EUR, respetivamente, não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

Por fim, as outras receitas provenientes do esforço financeiro nacional, respeitantes às receitas da fonte financiamento 386 de saldos da gerência anterior,

iniciaram com uma previsão corrigida de 30.847,00 EUR, e no encerramento do exercício económico, as receitas totais somaram o montante de 31.412,72 EUR.

Em relação as outras receitas provenientes do financiamento da EU, nomeadamente, da fonte de financiamento 439 referentes a saldos da gerência anteriores, iniciaram com uma previsão corrigida de 12.587,00 EUR e finalizaram com uma receita liquidada e cobrada no montante de 12.585,85 EUR.

Orçamento da despesa

A execução de despesa está diretamente relacionada com necessidades de funcionamento da escola, decorrente do projeto educativo e plano de atividades da escola, podendo a mesma, ser influenciada de forma positiva pela eficiência dos órgãos de administração e gestão, mas por outro lado, pelo desempenho das estruturas de orientação educativa e estruturas de apoio educativo.

Estrutura e execução da despesa

A despesa executada no orçamento relativo ao exercício de 2023 ascendeu ao montante total de 9.144.949,93 EUR, o que correspondeu a uma taxa de execução orçamental de 98,06% do orçamento corrigido.

Estrutura e execução da Despesa

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

DESPESA	Dotações Iniciais	Dotações corrigidas	Obrigações processadas	Obrigações pagas	Pagamentos do período	Estrutura	Execução
CORRENTES	8 981 360,00	9 236 331,00	9 132 619,28	9 072 509,61	9 066 717,98	100,00%	98,23%
Esforço financeiro nacional (OE)	8 730 621,00	8 810 187,00	8 750 678,22	8 690 568,55	8 684 776,92	95,79%	98,64%
311							
01-DESPESAS COM O PESSOAL	8 151 484,00	8 270 704,00	8 266 766,77	8 266 755,81	8 266 755,81	91,12%	99,95%
381							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	446 981,00	376 552,00	338 665,02	283 311,39	278 214,43	3,12%	75,24%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS		200,00	128,93	128,93	128,93	0,00%	64,47%
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9 945,00	8 497,00	7 320,90	7 320,90	7 320,90	0,08%	86,16%
386							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	110 711,00	143 234,00	132 639,41	128 264,00	127 569,33	1,41%	89,55%
03-JUROS E OUTROS ENCARGOS	4 500,00	4 000,00	2 167,45	2 167,45	2 167,45	0,02%	54,19%
06-OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7 000,00	7 000,00	2 989,74	2 620,07	2 620,07	0,03%	37,43%
Financiamento da UE	250 739,00	426 144,00	381 941,06	381 941,06	381 941,06	4,21%	89,63%
439							
04-TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		51 862,00	23 668,25	23 668,25	23 668,25	0,26%	45,64%
483							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	205 523,00	306 788,00	293 666,24	293 666,24	293 666,24	3,24%	95,72%
484							
02-AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	45 216,00	67 494,00	64 606,57	64 606,57	64 606,57	0,71%	95,72%
CAPITAL	34 697,00	16 238,00	12 330,65	279,38	279,38	0,00%	1,72%
Esforço financeiro nacional (OE)	8 815,00	16 238,00	12 330,65	279,38	279,38	0,00%	1,72%
381							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	8 815,00	13 279,00	12 330,65	279,38	279,38	0,00%	2,10%
386							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		2 959,00					
Financiamento da UE	25 882,00						
483							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	21 214,00						
484							
07-AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	4 668,00						
Total Geral	9 016 057,00	9 252 569,00	9 144 949,93	9 072 788,99	9 066 997,36	100,00%	98,06%

Quadro n.º 2 – Estrutura e execução da Despesa

Neste orçamento, a despesa executada distribui-se por diversas fontes de financiamento.

A despesa executada concentrou-se basicamente nas despesas correntes e despesas de capital.

A maior relevância verifica-se para as despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional no agrupamento das despesas correntes, na fonte financiamento 311, representando assim um peso considerável no orçamento de despesa, com principal destaque para o agrupamento económico das despesas com pessoal, apresentando uma dotação inicial de 8.151.484,00 EUR, no período em análise contabilizou um montante de 8.270.704,00 EUR de dotação corrigida, no encerramento do exercício económico, as obrigações processadas somaram o montante de 8.266.766,77 EUR e as obrigações pagas somaram um total de 8.266.755,81 EUR, absorvendo 99,95% do total da despesa executada tornando as restantes despesas pouco expressivas. A parte mais significativa desta despesa executada está diretamente relacionada com as remunerações certas e permanentes e as Contribuições para Segurança Social no montante global de 8.161.231.03 EUR.

Relativamente à fonte financiamento 381 na aquisição de bens e serviços correntes, inicialmente com uma despesa orçamentada no montante global de 446.981,00 EUR, a qual no decorrer do exercício económico ajustada para uma dotação corrigida no montante global de 376.552,00 EUR. Ao longo do exercício económico apresentou obrigações processadas no montante de 338.665,02 EUR e pagas no montante de 283.311,39 EUR absorvendo 75,24% do total da despesa executada. Ainda relativamente à fonte de financiamento 381, nas transferências correntes apresentou dotações iniciais no montante de 9.945,00 EUR, ao longo do exercício económico foi efetuado um ajuste para uma dotação corrigida de 8.497,00 EUR. No final do exercício económico apresentou um montante global de 7.320,90 EUR de obrigações processadas e pagas.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam uma dotação inicial no montante de 8.815,00 EUR e uma dotação corrigida no montante de 13.279,00 EUR. Concluído o exercício económico, a escola apurou um montante global de obrigações processadas de 12.330,65 EUR e pagas de 279,38 EUR.

A despesa na fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes com uma dotação inicial no montante de 110.711,00 EUR, ao longo do exercício económico foi ajustada para uma dotação corrigida de 143.234,00 EUR. No final do exercício apresentou um montante global de obrigações processadas de 132.639,41 EUR e pagas no montante de 128.264,00 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante inicial e corrigido de 7.000,00 EUR, ao longo do exercício económico as obrigações processadas apresentaram um montante de 2.989,74 EUR, e no final do exercício económico apresentou um montante global de 2.620,07 EUR de obrigações pagas. Ressalta-se que a categoria de juros e outros encargos, apresentou menor representatividade entre as despesas, apresentando uma previsão inicial no montante de 4.500,00 EUR, ao longo do exercício económico apresentou uma dotação corrigida no montante de 4.000,00 EUR e no final do exercício económico apresentou obrigações processadas e pagas no montante de 2.167,45 EUR.

As despesas contabilizadas no esforço financeiro nacional, como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 386, apresentam uma dotação corrigida no montante de 2.959,00 EUR e não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

Tendo em conta, as despesas efetuadas com financiamento da EU na fonte de financiamento 439 – ERASMUS, estas apresentam um montante 51.862,00 EUR de dotação corrigidas, no período em análise contabilizou um montante de 23.668,25 EUR de obrigações processadas e pagas.

Relativamente às despesas com fonte de financiamento 483 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 205.523,00 EUR, seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 306.788,00 EUR e no final do exercício económico alcançaram um montante de 293.666,24 EUR de obrigações processadas e pagas.

No período de 2023 as despesas com a fonte de financiamento 484 no agrupamento económico da aquisição de bens e serviços correntes aquisição de bens e serviços correntes, apresentaram uma dotação inicial de 45.216,00 EUR seguidamente registaram uma dotação corrigida no montante de 67.494,00 EUR e durante o exercício económico ajustaram para um montante de 64.606,57 EUR de obrigações processadas e pagas.

No âmbito das receitas provenientes do financiamento da UE, as receitas de capital nas fontes 483 e 484, apresentando dotações iniciais no montante de 21.214,00 EUR e 4.668,00 EUR, respetivamente, não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

Evolução da despesa

A despesa paga no orçamento relativo ao exercício de 2023 ascendeu ao montante global de 9.072.788,99 EUR.

No período de 2023, a despesa paga referente à fonte financiamento 311, concentrou-se basicamente nas despesas correntes. O pagamento nas despesas correntes foi de 9.072.509,61 EUR com maior reflexo no agrupamento económico de despesas com o pessoal no montante de 8.266.755,81 EUR. Seguindo-se a despesa relativa à fonte financiamento 381, com maior destaque no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes, correspondendo ao montante de 283.311,39 EUR de despesa paga. Seguido do agrupamento económico de outras despesas correntes no montante de 7.320,90 EUR de obrigações pagas.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 381, apresentam um montante pago de 279,38 EUR.

A despesa paga da fonte financiamento 386 concentrou-se basicamente nas despesas correntes, com principal destaque para o agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes ascendendo a uma despesa paga no montante de 128.264,00 EUR. Seguindo-se do agrupamento das outras despesas correntes, apresentando um montante de obrigações pagas de 2.620,07 EUR, Ressalta-se que a categoria de juros e outros encargos, apresentou menor representatividade entre as despesas, apresentando uma obrigação paga no montante de 2.167,45 EUR.

As despesas contabilizadas como despesas de capital inerentes à fonte de financiamento 386, não originaram qualquer impacto ao longo do exercício económico.

As despesas pagas na fonte financiamento 439 referentes ao projeto Erasmus apresentaram um montante pago de 23.668,25 EUR.

Em seguida, na fonte de financiamento 483 temos de despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes um montante de 293.666,24 EUR.

Por fim, a fonte de financiamento 484 apresentou uma despesa paga no agrupamento económico das aquisições de bens e serviços correntes num montante de 64.606,57 EUR.

Encargos assumidos e não pagos

Registaram-se encargos assumidos e não pagos (EANP) no final do exercício económico de 2023, no montante de 72.160,94 EUR. Há também que salientar a existência de compromissos assumidos no montante de 13.835.22 EUR não pagos por falta de emissão da fatura do fornecedor.

Indicadores orçamentais

Indicador	Formula de cálculo	2023	2022	Var %
Grau de Execução Orçamental da Receita (%)	Receita cobrada Líquida/Previsões corrigidas	99,0%	100,0%	-1%
Grau de Execução Orçamental da Despesa (%)	Despesa paga líquida / Dotações corrigidas	98,1%	99,4%	-1%
Grau de Realização das Liquidações (%)	Recebimentos / Liquidações	100,0%	100,0%	0%
Grau de execução das Obrigações (%)	Pagamentos / Obrigações	99,2%	99,9%	-1%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	99,9%	99,9%	0%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	98,0%	99,4%	-1%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	44 708,09	- 87 872,62	-151%
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	-	- 6 748,58	-100%
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	47 004,47	- 92 106,21	-151%
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	44 708,09	- 94 621,20	-147%

Quadro n.º 3 – Indicadores orçamentais**3.2 ÓTICA DE ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Neste relato serão analisados os factos que julgamos mais pertinentes, comentando-se os aspetos que consideramos mais relevantes.

A realidade económica e financeira da Escola Básica e Secundária com Pré-Escolar da Calheta é particularmente uniforme na sua dinâmica ao longo dos últimos exercícios económicos, onde se pode verificar que o financiamento da sua atividade principal assenta fundamentalmente, como já foi referido anteriormente, nas transferências do Orçamento da RAM.

Ao nível do registo contabilístico dos fatos patrimoniais, importa salientar que em 2018 a adoção do novo referencial normativo aplicado a contabilidade pública (SNC-AP), implicando um conjunto de ajustamentos transversal em toda a estrutura contabilística da escola.

Situação Económica

Gastos operacionais

Os Gastos Operacionais, registaram um montante global de 8.809.550,41 EUR.
(cfr. quadro infra).

Gastos operacionais	2023	%	2022	%	Variação	%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	177 860,73	2,02%	139 997,35	1,67%	37 863,38	27,05%
Fornecimentos e serviços externos	277 394,29	3,15%	334 015,62	3,99%	-56 621,33	-16,95%
Gastos com o pessoal	8 315 669,27	94,39%	7 734 659,46	92,46%	581 009,81	7,51%
Transferências correntes concedidas	23 668,25	0,27%	113 485,33	1,36%	-89 817,08	-79,14%
Prestações sociais concedidas	7 320,90	0,08%	7 232,69	0,09%	88,21	1,22%
Provisões do período		-		-		
Outros gastos	7 636,97	0,09%	36 079,31	0,43%	-28 442,34	-78,83%
	8 809 550,41	100,00%	8 365 469,76	100,00%	444 080,65	5,31%

Gastos sobre Investimentos	2023	%	2022	%	Variação	Variação %
Gastos de depreciação e de amortização	293 471,50	100,00%	136 732,58	100,00%	156 738,92	114,63%
Total	293 471,50	100,00%	136 732,58	100,00%	156 738,92	114,63%

Quadro n.º 4 – Estrutura de Custos Operacionais

No ano económico de 2023, o agrupamento mais representativo na estrutura dos gastos operacionais foi o dos gastos com pessoal, representando 94,39% do total de gastos operacionais e que ascenderam o montante de 8.315.669,27 EUR, seguido dos fornecimentos e serviços externos com 3,15% do total de gastos operacionais, a que correspondeu um montante de 277.394,29 EUR, e ainda os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas com um montante de 177.860,73 EUR com 2,02% do total de gastos operacionais.

Os gastos de depreciação e de amortização totalizam um montante de 293.471,50 EUR.

Importante será dizer que não foram constituídas imparidades de dívidas a receber.

Os gastos não operacionais, registaram um montante global de 128,93 EUR.
(cfr. quadro infra nº 5).

Gastos Financeiros	2023	%	2022	%	Varição	%
Gastos por juros e outros encargos	128,93	100,00%	-	-	128,93	-
Total	128,93	100,00%		0,00%	128,93	

Quadro n.º 5 – Estrutura de Gastos não operacionais

Rendimentos operacionais

No ano económico de 2023, os rendimentos operacionais resultantes dos movimentos contabilizados, totalizaram um montante de 9.306.619,59 EUR.

Rendimentos operacionais	2023	%	2022	%	Varição	Varição %
Impostos, contribuições e taxas	11 116,01	0,12%	10 109,09	0,12%	1 006,92	9,96%
Vendas	7 848,67	0,08%	7 099,65	0,08%	749,02	10,55%
Prestações de serviços e concessões	134 623,58	1,45%	114 227,75	1,35%	20 395,83	17,86%
Variações nos inventários da produção						-
Trabalhos para a própria entidade						-
Transferências e subsídios correntes obtidos	9 011 537,94	96,83%	8 288 876,66	97,95%	722 661,28	8,72%
Outros rendimentos	141 493,39	1,52%	42 051,62	0,50%	99 441,77	236,48%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares						-
Total	9 306 619,59	100,00%	8 462 364,77	100,00%	844 254,82	9,98%

Quadro n.º 6 – Estrutura de Rendimentos Operacionais

Entre os rendimentos operacionais, a categoria de maior destaque foi a de transferências correntes e subsídios à exploração obtidos, que ascendeu o valor de 9.011.537,94 EUR, correspondendo a cerca de 96,83% do total dos rendimentos operacionais.

Os restantes proveitos assumem uma expressão ínfima no cômputo do total dos proveitos. Destaca-se a categoria de outros rendimentos no montante de 141.493,39 EUR correspondendo a cerca de 1,52%, e as prestações de serviços e concessões no montante de 134.623,58 EUR com um peso de cerca de 1,45% seguida dos impostos, contribuições e taxas no montante de 11.116,01 EUR com um peso aproximadamente de 0,12%, (cfr. quadro n.º 6).

Financiamento da atividade

Em 2023 não foram observados gastos nem rendimentos associados ao financiamento da exploração da atividade, facto que se aceita atendendo às limitações colocadas ao nível do endividamento público e às restrições impostas pelas regras da execução orçamental a que as instituições publicas estão sujeitas.

Apuramento dos Resultados

Resultados		2023	2022	Variação	Variação
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	<i>Resultados Operacionais</i>	497 069,18	96 895,01	400 174,17 €	413,00%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		203 597,68	-39 837,57	243 435,25 €	-611,07%
	<i>Resultados Financeiros</i>	-128,93	0,00	-128,93	-
Resultado antes de impostos		203 468,75	-39 837,57	243 306,32 €	-610,75%
Resultado Líquido do Período		203 468,75	-39 837,57	243 306,32 €	-610,75%

Quadro n.º 7 – Apuramento de Resultado

Dimensão	Indicador	Formula de cálculo	2023	2022	Var %
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,68	1,55	9%
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,67	1,54	9%
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,01	0,01	8%
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	3,24	0,74	339%
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas - custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	110,69	101,11	9%
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos / Património Líquido * 100	25,27%	-6,82%	-471%
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	24,9%	5,9%	326%
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios / Ativo	7,71%	7,94%	-3%
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários / Saldo médio Custo das vendas * 365			
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMR)	Saldo médio Fornecedores / Saldo médio (Compras + FSE) * 365			
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365			
Estrutura	Autonomia Financeira	Património Líquido / Ativo	40,41%	35,29%	15%
	Solvabilidade	Património Líquido / Passivo	67,82%	54,52%	24%
Financeira	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais / Gastos Financeiros	385534%	-	
	Endividamento	Passivo / Ativo	59,59%	64,71%	-8%

Quadro n.º 8 – Indicadores económico-financeiros

Demonstração de Resultados



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

SNC- AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2023

Original

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
Impostos, contribuições e taxas		11 116,01	10 108,89
Vendas		7 848,67	7 898,65
Prestações de serviços e concessões		134 623,58	114 227,75
Transferências e subsídios correntes obtidos		9 011 537,94	8 288 876,66
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variações nos inventários de produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos		- 177 860,73	- 139 997,35
Fornecimentos e serviços externos		- 277 394,29	- 334 015,62
Gastos com pessoal		- 8 315 669,27	- 7 734 659,46
Transferências e subsídios concedidos		- 23 668,25	- 113 485,33
Prestações sociais		- 7 320,90	- 7 232,69
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos		141 493,39	42 051,62
Outros gastos		- 7 636,97	- 36 079,31
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		497 069,18	96 895,01
Gastos/reversões de depreciação e amortização		- 293 471,50	- 136 732,58
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		203 597,68	- 39 837,57
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		- 128,93	
Resultado antes de impostos		203 468,75	- 39 837,57
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		203 468,75	- 39 837,57

Situação Financeira

Balanço



BALANÇO

SNC-AP - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

APÓS O APURAMENTO DOS RESULTADOS / 2023

Original

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		N	N-1
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		771 930,96	528 484,21
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis		12 128,00	16 286,00
Ativos biológicos			
Participações financeiras			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Acionistas/sócios/associados			
Diferimentos			
Outros ativos financeiros			
Ativos por impostos diferidos			
Outras contas a receber			
		784 058,96	544 770,21
Ativo corrente			
Inventários		10 486,13	7 354,29
Ativos biológicos			
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis			
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis			
Clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Outras contas a receber		1 190 228,73	1 097 313,68
Diferimentos			
Ativos financeiros detidos por negociação			
Outros ativos financeiros			
Ativos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos		7 646,93	6 394,78
		1 208 367,81	1 111 064,75
		1 992 426,77	1 655 834,96
Total do ativo			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		160 068,43	160 068,43
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas			
Resultados transferidos		306 781,60	346 619,17
Ajustamentos em ativos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no património líquido		134 854,87	117 413,08
Resultado líquido do período		203 468,75	- 39 837,57
Dividendos antecipados			
Intensidades que não controlam			
Total do património líquido		605 173,65	584 263,11
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos			
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Oredores por transferências e subsídios não reembolsáveis consolidados			
fornecedores		59 760,94	5 791,63
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		6 464,38	5 909,77
Estado e outros entes públicos			
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos			
Fornecedores de investimentos		12 051,27	
Outras contas a pagar		1 108 970,53	1 059 870,45
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
		1 187 247,12	1 071 571,85
Total do passivo		1 187 247,12	1 071 571,85
Total do património líquido e do passivo		1 992 426,77	1 655 834,96

Lançamentos de abertura do exercício

No âmbito da aplicação do novo normativo contabilístico SNC-AP, as primeiras demonstrações financeiras foram preparadas de forma comparativa de acordo com as NCP relevantes, utilizando os modelos emanados no Manual de Implementação.

3.3 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O resultado líquido do exercício apresenta um montante de 203.468,75 EUR, face ao resultado líquido obtido, o Conselho Administrativo propõe a afetação deste resultado à conta de Resultados Transitados.

Calheta, 31 maio de 2024

O Conselho Administrativo

José Carlos Santa Rita

Gabriela Silva

[Handwritten signature]

ANEXOS

MAPA ANEXO 1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESCOLA

